

COIMBRA
BUSINESS
SCHOOL

 **iscac** 
Politécnico de Coimbra

**COIMBRA
BUSINESS
SCHOOL**
 **iscac** 
Politécnico de Coimbra

Joana Patrícia Silva Oliveira

**Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho
de Coimbra**

Coimbra, abril de 2023



Joana Patrícia Silva Oliveira

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho de Coimbra

Dissertação submetida(o) ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação da Professora Doutora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis.

Coimbra, abril de 2023

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

A entrega desta dissertação revela que acabou mais um dos percursos que escolhi para realizar, e tenho de fazer um agradecimento especial às pessoas que mais marcaram este percurso.

A realização da presente dissertação não teria sido possível sem a colaboração, apoio, incentivo e persistência de algumas pessoas e entidades, que passo a listar:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu namorado pelo apoio incondicional que sempre me deu, e pela motivação que me deu nos momentos mais difíceis deste percurso, pela paciência e por me ensinar uma vez mais o significado da palavra ‘resiliência’.

Á minha melhor amiga Marta Augusto, por me motivar sempre a fazer mais e melhor, e me dar motivação extra para alcançar mais este objetivo com qualidade, mesmo quando a minha palavra mais usada era desistir.

Á minha amiga Carina Santos que sempre me motivou a fazer mais e melhor, e sempre me apoiou em todos os contratemplos que tive ao longo do percurso dizendo palavras que me confortavam e me subiam a moral.

Às minhas amigas Ana Santos, Ana Jesus, Marta Faustino e Sónia Chande por todas as palavras de apoio e motivação que me deram, por acreditarem nas minhas capacidades e por todo o incentivo, persistência, paciência e, sobretudo, pelo respeito pelas ausências, demonstrados ao longo deste último ano para que eu pudesse alcançar mais este objetivo no meu percurso académico.

Á minha orientadora Doutora Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis, agradeço a paciência que teve comigo nos dias em que a palavra de ordem era “desistir”, e agradeço o apoio e confiança dado para que chegasse a fase final da dissertação.

Um bem-haja a todos!

RESUMO

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente referidas como IPSS, não são recentes no panorama nacional, e com a situação pandémica enfrentada por Portugal desde 2022, estas têm assumido um papel preponderante na vida dos cidadãos, pois tem ocorrido a criação de novas IPSS, e a utilização deste tipo de instituições tem crescido muito, pois alguns cidadãos estão a passar por momentos de dificuldades financeiras e sociais, e recorrem a este tipo de instituições.

O objetivo principal desta dissertação foi estudar as IPSS existentes no município de Coimbra fazendo uma análise às demonstrações financeiras dessas IPSS e assim fazer uma análise descritiva dessa informação, uma vez que Coimbra é capital de um dos maiores distritos de Portugal, segundo a classificação dos Censos 2021, ainda que tenha perdido - 1,8% dos seus residentes, continua a ser um dos distritos com mais população.

Palavras-chave: divulgação, IPSS, Websites, informação financeira

ABSTRACT

Private Social Solidarity Entities are not recent in Portugal and, because of the pandemic situation faced in the country, since 2022 they have comprised a determinant role in citizens' lives as new institutions have emerged and their use has notoriously increased.

The main objective of this empirical study was to study the existing IPSS in the municipality of Coimbra by analyzing the financial statements of these IPSS and thus making a descriptive analysis of this information, since Coimbra is the capital of one of the largest districts in Portugal, according to the classification of Census 2021, despite having lost -1.8% of its residents, it remains one of the districts with the most population.

Keywords: disclosure, IPSS, Websites, financial information

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	1
1 Terceiro Setor e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal	3
1.1 O Enquadramento Legal das IPSS.....	7
1.2 A importância das Entidades Sem Fins Lucrativos na economia portuguesa	15
2 Revisão da Literatura.....	20
2.1 Divulgações voluntárias e não voluntárias no relato financeiro	20
2.2 A Transparência nas IPSS.....	27
3 Normalização contabilística das Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) em Portugal	29
4 Metodologia.....	32
4.1 Descrição dos dados.....	32
4.2 População e Características da Amostra.....	33
4.3 Descrição e Cálculo das Variáveis.....	33
5 Estudo do Caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social.....	34
Conclusão	44
Referências Bibliográficas.....	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Forma Associativa das IPSS (elaboração própria)

Tabela 2: Forma Fundacional das IPSS (Elaboração própria)

Tabela 3: Benefícios no Âmbito da Segurança Social e da Saúde (fonte: site Seg.Social)

Tabela 4: Organizações sem fins lucrativos vs com fins lucrativos (fonte: Marques, M^a C. (2021))

Tabela 5: Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos (Fonte: INE)

Tabela 6: Distribuição das IPSS (Elaboração Própria)

Tabela 7: Avaliação em % do valor do ativo não corrente das IPSS (elaboração própria)

Tabela 8: Avaliação em % do valor do ativo corrente das IPSS (elaboração própria)

Tabela 9: Avaliação em % do valor total do ativo (elaboração própria)

Tabela 10: Avaliação em % do valor total dos fundos patrimoniais das IPSS (elaboração própria)

Tabela 11: Avaliação em % do valor total do passivo das IPSS (elaboração própria)

Tabela 12: Médias usadas para o cálculo das variáveis estatísticas (Média e Desvio-Padrão) (elaboração própria)

ÍNDICE DE FIGURAS/GRÁFICOS

Figura 1: Processo de Transparência (elaboração própria)

Gráfico 1: Inquérito ao setor da economia social (Fonte: INE)

Gráfico 2: Distribuição das entidades da ES por município (Fonte: INE)

Gráfico 3: Valor em % do total do ativo (elaboração própria)

Gráfico 4: Valor em % do total dos fundos patrimoniais (elaboração própria)

Gráfico 5: Valor em % do total do passivo (elaboração própria)

Gráfico 6: Desvio-Padrão (Elaboração Própria)

Gráfico 7: Média (Elaboração Própria)

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

SNL – Setor Não Lucrativo

OSFL – Organizações Sem fins Lucrativos

ONG – Organizações não governamentais

ISS – Instituto da Segurança Social

VAB – Valor Acrescentado Bruto

ES – Economia Social

Introdução

A situação económica que Portugal está a atravessar, principalmente devido à pandemia Covid-19, é de imensa insegurança e instabilidade o que levou as pessoas mais carenciadas e desempregadas a precisar de apoio, e a recorrerem às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Este tema é bastante pertinente e atual, dada a importância que as IPSS têm no país e na entidade que elas proporcionam aos seus utentes. Estas entidades devem apresentar informações úteis e transparentes de forma a sensibilizar a sociedade em geral para o papel crucial que desempenham.

A metodologia utilizada na realização da dissertação assenta no método qualitativo e quantitativo com base num estudo de múltiplas IPSS, uma vez que foi realizada uma análise do perfil económico-financeiro de 97 IPSS na área da prestação de cuidados de saúde e de cuidados para as pessoas manterem o seu bem-estar, nomeadamente ao nível de lar e apoio aos idosos, centro de dia, apoio domiciliário, creche e pré-escolar no ano de 2021.

Assim o objetivo principal deste estudo empírico foi estudar as IPSS existentes no município de Coimbra fazendo uma análise às demonstrações financeiras dessas IPSS e assim fazer uma análise descritiva dessa informação, uma vez que Coimbra é capital de um dos maiores distritos de Portugal, segundo a classificação dos Censos 2021, ainda que tenha perdido -1,8% dos seus residentes, continua a ser um dos distritos com mais população.

A dissertação de mestrado está estruturada em 3 fases: numa primeira fase estamos perante uma breve contextualização sobre as IPSS e a evolução das mesmas ao longo do tempo, numa segunda fase faz-se a revisão da literatura com a divulgação de informação obrigatória/ voluntária na internet e faz-se ainda uma abordagem à transparência nas IPSS e por último estamos na presença de um estudo empírico das 97 IPSS existentes no município de Coimbra.

Este tipo de entidades está inserido no denominado Terceiro Setor, sendo que este setor ocupa um espaço relacional nas misturas de bem-estar social, e as Organizações do Terceiro Setor desempenham um papel fundamental na resposta aos problemas sociais

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente referidas como IPSS, são recentes no panorama nacional. Estas organizações sem fins lucrativos só começaram a fazer parte do fenómeno social e serem conhecidas junto da Sociedade Civil em 1979, ano em que o estatuto das IPSS foi aprovado. Em 1983, com a revisão deste estatuto, “a ação das IPSS foi alargada para incluir saúde, educação, formação profissional, e habitação.” (Franco et al,2005, 27).

A Transparência é o processo de divulgação, por parte das entidades, de informações que sejam relevantes para a avaliação das mesmas. As informações devem ser de natureza económico-financeiras, sociais e políticas, oportunas, fiáveis e acessíveis a todas as partes interessadas.

No caso das IPSS, devem divulgar no seu site institucional informação relevante relativamente aos bens e/ou serviços prestados, como por exemplo, as atividades desenvolvidas, os preços praticados e horários de funcionamento, e de acordo com o artigo 14ºA do Decreto-Lei nº172-A/2014 são obrigadas a apresentar contas até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

Em suma, as IPSS são entidades bastante importantes para garantir o bem-estar social da população que as utiliza, e para o crescimento da economia associada a este setor.

1 Terceiro Setor e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal

Para uma melhor compreensão do tema desenvolvido nesta dissertação, é importante contextualizar onde se inserem as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e a forma como a informação destas IPSS é disponibilizada para os seus stakeholders.

A expressão “terceiro setor” representa a tradução do termo em inglês *third sector* que nos Estados Unidos é utilizado com outras expressões como “organizações sem fins lucrativos” (nonprofit organisations)” (Albuquerque, 2006, 18). Do ponto de vista de Almeida (2005, 55) “o que parece ser consensual é que o terceiro sector ou economia social constitui uma força económica que não pode ser negligenciada, devido ao importante papel que desempenha nas economias modernas.”

O terceiro setor ou setor não lucrativo não tem carácter lucrativo tendo como principal objetivo a solidariedade social, e a não distribuição de lucros que ocorrem com a atividade, logo o seu objetivo não é a criação de valor para os seus acionistas. O terceiro setor pode ainda ser definido como uma organização privada que fornece e cria bens, serviços e ideias para melhorar a qualidade de vida da sociedade, tendo uma particularidade que é a mão de obra, pois em algumas destas instituições a mão de obra é meramente proveniente de voluntários.

O conceito de terceiro setor não é consensual entre os autores que já se debruçaram sobre este tema, não existindo assim uma definição específica, torna-se ainda mais complexo estudar este setor, devendo ser analisado de modo criterioso e numa perspetiva abrangente. Eis algumas das definições do conceito de terceiro Setor: segundo V. Salvatore (2003, 27), o terceiro Setor: “consiste no conjunto de atividades de organizações da sociedade civil, criadas pela iniciativa de cidadãos que têm como objetivo prestar serviços públicos, seja na saúde, na educação, na cultura, nos direitos humanos, na habitação, na proteção do ambiente, no desenvolvimento local, ou no desenvolvimento pessoal.”, de acordo com Amado (2007, 52), o terceiro Setor:” define-se em oposição, por um lado, ao sector lucrativo (..) guia-se primordialmente pelo princípio de reciprocidade, ou seja, a ideia de que a cooperação e a entreatajuda são formas

válidas de mobilização e organização de recursos monetários ou não monetários para a produção material de bens e serviços. “

Pode-se então afirmar que há, no entanto, elementos comuns nestas definições, que permitem concluir que este setor se demarca do setor lucrativo, pois é composto por organizações que não têm fins lucrativos, e que têm como primeira missão ajudar os mais desprotegidos e proporcionar-lhes melhores conjunturas de vida. Este setor é dotado duma multiplicidade de valências e abarca várias áreas, obtendo um cada vez maior reconhecimento no contexto atual da nossa sociedade.

O primeiro período marcante para o desenvolvimento terceiro setor, teve início em 1820, aquando da revogação das ordens religiosas e iniciação do movimento de industrialização que tomou proporções que viriam a alterar permanentemente a ordem política, económica e social, o que vem originar o associativismo, na qual surgiram várias Associações de trabalhadores, Associações de Socorro Mútuo, nas áreas da saúde, educação e cultura, Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, Associações Mútuas Agrícolas, Sindicatos Agrícolas, entre outros, pois os apoios por parte do Estado para a resolução dos problemas sociais eram poucos ou nulos. Contudo, como estas organizações não tem como objetivo a geração de lucros, na sua maioria não conseguiram continuar e desenvolver a sua atividade e tiveram assim de cessar as funções que desempenhavam.

Com o Estado Novo, surgiram as Casas do Povo, as Casas dos Pescadores e os Grémios em que, trabalhadores, agricultores, operários e homens de negócios, estavam obrigados a associarem-se à sua respetiva organização e a serem por ela representados, sempre sujeitos a um forte controlo por parte das autoridades governamentais.

Ainda, outra grande influência nas organizações do Terceiro Setor foi o forte domínio governamental português, que se tornou ainda mais evidente quando foi instalada a República Portuguesa, em 1910, pois com a implementação da República sentiu-se uma mudança significativa para a situação associativa portuguesa, que fez com que surgissem novas e mais diversificadas áreas das associações, nomeadamente ao nível de associações de trabalhadores com o surgimento em 1914 da primeira União Operária Nacional, sendo que esta foi a primeira organização sindical confederal a nível nacional.

Com o fim do Estado Novo, em 1974, e adoção da Constituição da República assistiu-se ao “restabelecimento da liberdade de expressão e de associação”, o que desencadeou “uma explosão de movimentos associativos preocupados com todos os aspetos da vida social” (Franco et al., 2005, 26), observando-se assim o fortalecimento das organizações da sociedade civil.

Lopes (2012), afirma, ainda, que após a Revolução de Abril “se abrem novos horizontes ao movimento associativo português, num quadro de estímulo à participação popular, de reconhecimento das liberdades e direitos de cidadania”.

Por fim, com a adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, houve um incentivo para a criação de associações mais diversificadas e mais complexas (Potocan, Ungan & Nedelko, 2016), tais como associações de classe, sindicatos, cooperativas e associações de socorros mútuos, porque este tipo de associações vão permitir criar novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas em substituição das antigas formas de sociabilidade nas sociedades tradicionais assentes em valores que já não são dominantes.

Com o passar dos anos fomos assistindo cada vez mais ao afastamento da população das zonas rurais, e como tal foi imprescindível voltar a fomentar a atividade local de forma a fomentar a promoção do desenvolvimento social local e a construção de um país mais coeso e equitativo (Almeida, 2015).

Ou seja, as entidades sem fins lucrativos (por exemplo, as IPSS) têm uma missão cultural, educacional, de promoção do lazer, de apoio social, e de defesa dos direitos humanos. Estas entidades têm sempre como objetivo a criação de valor para as partes interessadas através de um conjunto de fatores.

Posto isto, o processo de criação de valor nas entidades do setor não lucrativo é composto por três fases fulcrais: a fase de inputs (os inputs são as matérias-primas, os recursos humanos, máquinas, ou seja, é tudo o que pode vir a criar valor para a entidade); a fase de transformação (tudo o que deu entrada como outputs é submetido a processos de transformação para gerarem ainda mais valor) e a fase dos outputs (nesta fase, os inputs já foram sujeitos a processos de transformação e assim já estão a gerar serviços para serem adquiridos pelos clientes (Simões, 2013), ou seja, as entidades sem fins lucrativos criam

valor através da prestação de serviços ou através da defesa de causas que possam mudar a mentalidade das pessoas, pois o seu principal objetivo não é a criação de valor monetário.

Na Europa e por todo o mundo o terceiro setor encontra-se enraizado na história social e económica dos países, mas é o acentuado crescimento que tem conhecido recentemente e a sua dimensão que fazem com que seja um fenómeno único no cenário das sociedades modernas (Almeida, 2011).

Tal como já foi formalizado anteriormente esta dissertação foca-se sobretudo na forma como as IPSS apresentam as suas informações financeiras, de seguida irá ser feito o enquadramento legal das IPSS.

As IPSS englobadas neste enquadramento legal, de acordo com o Decreto-Lei nº 172-A/2014, no artigo 1º, têm como objetivo “dar expressão à solidariedade e justiça entre os indivíduos, no intuito da prestação de serviços que dão apoio a crianças e jovens, a famílias, à integração social e comunitária, à proteção da saúde, educação e formação profissional dos cidadãos e à resolução de problemas habitacionais do cidadão.”

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente referidas como IPSS, são recentes no panorama nacional. Estas organizações sem fins lucrativos só começaram a fazer parte do fenómeno social e serem conhecidas junto da Sociedade Civil em 1979, ano em que o estatuto das IPSS foi aprovado. Em 1983, com a revisão deste estatuto, “a ação das IPSS foi alargada para incluir saúde, educação, formação profissional, e habitação.” (Franco et al, 2005, 27).

Em Portugal, tal como no resto do mundo, o número das IPSS tem vindo a aumentar, mas na presença da pandemia COVID-19, devido ao coronavírus SARS-CoV-2 produziu repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica, acumulando similarmente impactos económicos, políticos, culturais e principalmente sociais. E as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) foram, inevitavelmente, afetadas pela pandemia, o que provocou uma grande necessidade de adaptação para conseguirem dar respostas positivas a toda a população, uma vez que esta mesma população teve que, celeremente, responder às exigências impostas.

A exigência da pandemia tornou as instituições sociais um importante agente de proteção e cuidado à população idosa, contudo, o setor da Economia Social (ES), sentiu a sua visibilidade circunscrita a situações pontuais mediatizadas aquando de surtos de infeção, colocando em causa a sua atuação.

De seguida irá ser feito um enquadramento legal das IPSS, e de será ainda abordado um tema bastante pertinente que é a importância deste tipo de entidades na economia portuguesa.

1.1 O Enquadramento Legal das IPSS

As IPSS, como já foi referido anteriormente, podem ser Associações de Solidariedade Social, Associações de Voluntários da Ação Social, Associações de Socorros Mútuos, Fundações de Solidariedade Social e Irmandades da Misericórdia. São igualmente IPSS as Cooperativas de Solidariedade Social e as Casas do Povo (Caeiro, 2008)

De acordo com a Direção Geral da Segurança Social (informação disponibilizada no site da Segurança Social), as IPSS podem assumir duas grandes formas: a associativa ou a fundacional apresentadas nas tabelas seguintes:

Associações/Cooperativas de Solidariedade Social	Associações mutualistas	Irmandades da misericórdia	Associações de voluntários de ação social
---	--------------------------------	-----------------------------------	--

Tabela 1: Forma Associativa das IPSS (elaboração própria)

Fundações de Solidariedade Social	Centros Sociais e Paroquiais	Irmandades da misericórdia
--	-------------------------------------	-----------------------------------

Tabela 2: Forma Fundacional das IPSS (Elaboração própria)

Face à existência de vários tipos de instituições particulares de solidariedade social, será feita uma breve contextualização de cada tipo de instituição que fazem parte tanto da forma associativa como da forma fundacional.

Ao nível da forma associativa podemos definir as associações/cooperativas de solidariedade social em geral como associações com fins de solidariedade social que não revistam qualquer das formas a seguir indicadas.

Para Coelho (2007), as associações são organizações que, para além de não terem fins lucrativos, consistem na aglomeração de cidadãos com um objetivo social corretamente constituído e regulamentado. Nas associações as pessoas reúnem-se com um objetivo comum importante na comunidade em que estão inseridas, por exemplo, associação de Escuteiros; as associações voluntárias de Bombeiros, as associações de estudantes, associações de defesa dos consumidores e de defesa dos utentes de saúde, associações de pais e associações de pessoas portadoras de deficiência. Bem como, no caso das cooperativas elas são associações autónomas de indivíduos que se unem de forma voluntária com o objetivo de satisfazer as necessidades económicas, sociais e culturais por intermédio de uma corporação de propriedade conjunta, cujo controlo é democrático, nomeadamente criando um circuito direto entre produtores e consumidores com o fim de libertar os seus associados dos encargos respeitantes a lucros de intermediários ou capitalistas, sendo que as primeiras cooperativas que existiram em Portugal surgiram nos anos 70 do século XIX.

Os principais ramos das cooperativas são: o consumo, comercialização, agrícola, crédito, habitação e construção, pescas, cultura, artesanato e solidariedade social. Estas associações são reguladas pelo Código Cooperativo (Lei n. º51/96) que é aglutinador e transversal a todos os ramos, e de modo complementar por decretos de lei particulares para cada um dos ramos.

Para haver um bom funcionamento das cooperativas, estas obedecem aos princípios cooperativos que são: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação económica dos membros, autonomia e independência e interesse pela comunidade, segundo Andrade e Franco (2007).

As associações mutualistas são constituídas através de escritura pública, na qual deve ser especificado a denominação, os fins e a sede da instituição.

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho de Coimbra

No ato da sua constituição as associações adquirem personalidade jurídica e, após o registo na Direção-Geral da Segurança Social adquirem automaticamente a natureza de pessoas coletivas de utilidade pública.

Por sua vez, são entidades com um número ilimitado de associados que praticam, no interesse destes e respetivas famílias, fins de auxílio recíproco, com o objetivo de concederem benefícios no âmbito da Segurança Social e no âmbito da saúde, designadamente:

Segurança Social	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Prestações de invalidez, velhice e sobrevivência • Prestações por doença, maternidade, desemprego, acidentes de trabalho ou doenças profissionais • Capitais pagáveis por morte ou no fim de prazos determinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação • Assistência medicamentosa

Tabela 3: Benefícios no Âmbito da Segurança Social e da Saúde (fonte: site Seg.Social)

Embora as associações mutualistas sejam instituições sem fins lucrativos, o seu principal objetivo é promover a poupança dos seus associados e familiares e garantir-lhes o acesso aos cuidados sociais e de saúde (exemplo: A Previdência Portuguesa) com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida, que através da quotização dos associados exercem em torno dos interesses destes e de suas famílias. (Andrade e Franco, 2007)

Conjuntamente, as associações mutualistas em ambos os âmbitos podem promover diferentes fins de proteção social e de promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e serviços de auxílio social, de outras obras sociais e de atividades que visem especialmente o desenvolvimento moral, intelectual, cultural e físico dos associados e suas famílias.

Relativamente as Misericórdias, ainda que no século XII fosse possível encontrar no nosso país organizações pedintes administradas por Franciscanos e Dominicanos com objetivos semelhantes aos das misericórdias, a operar junto de hospitais, estas surgiram no final do século XV. Assim, as Santas Casa da Misericórdia são as mais antigas organizações sem fins lucrativos em Portugal, sendo que a primeira Misericórdia – a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – foi criada em 1498 e apresenta-se atualmente como uma instituição do setor público (Andrade & Franco, 2007, 29-30). Desde então que muitas Santas Casas da Misericórdia foram criadas e outras deixaram de existir, mas foi nos séculos XVI e XX que a taxa de novas misericórdias foi mais elevada, segundo o referido autor, Andrade & Franco (2007).

A atividade das Misericórdias, “assenta na assistência quer na área da saúde, quer na área da ação social nos seus mais diversos aspetos” (Nunes, Reto & Carneiro, 2001, 90) e atualmente existem quase 400 misericórdias no nosso país, algumas com mais de 500 anos de existência (Franco, 2005, 17).

As associações de voluntários de ação social são associações nas quais os cidadãos se propõem através do voluntariado a participar na vida cívica da sociedade, esse voluntariado é baseado na vontade e na iniciativa sem opressões, de cada cidadão e cidadina em realizar gratuitamente, mas com responsabilidade e na base de um compromisso livremente adotado, um conjunto de ações em favor de outros cidadãos, de famílias e da comunidade.

Ao nível da forma fundacional: as fundações de solidariedade social são definidas como pessoas coletivas privadas de tipo fundacional, criadas exclusivamente por iniciativa de particulares, e constituídas com o propósito de dar manifestação planificada à obrigação moral da justiça e da solidariedade, contribuindo para a efetiva prática dos direitos sociais dos cidadãos, ou seja, são uma espécie de instituição particular de solidariedade social. O reconhecimento das fundações de solidariedade social é da competência do Primeiro-Ministro, com a faculdade de delegação – sem prejuízo das competências das regiões autónomas, sendo que a entidade competente deve solicitar aos serviços competentes do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social a emissão de parecer vinculativo sobre o pedido de reconhecimento.

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho de Coimbra

No caso das fundações de solidariedade social com fins primordiais ou particulares de nomeação e proteção da saúde e das fundações de solidariedade social do âmbito da educação, é ainda solicitado aos serviços competentes do Ministério da Saúde ou do Ministério da Educação e Ciência, consoante os casos, a emissão de parecer vinculativo. Se os referidos pareceres não forem dados, ficamos na presença de recusa do reconhecimento, a entidade competente para o reconhecimento, os serviços competentes do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e a Inspeção-Geral de Finanças podem ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias, inspeções e auditorias às fundações de solidariedade social.

O regime jurídico das fundações de solidariedade social consta dos artigos 77.º a 86.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, e respetivas alterações, bem como nos artigos 15.º, n.º 1, e 39.º a 41.º da Lei-quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 09 de julho, e respetivas alterações.

As dimensões da atuação das IPSS abrangem diversas áreas como a infância, a população sénior, apoio às famílias, integração social e comunitária, proteção a cidadãos com incapacidades, prestação de cuidados de saúde preventivos e curativos, entre outras. Todas estas instituições são agregadas em Uniões Distritais que defendem os interesses das IPSS perante os poderes públicos. A nível nacional, as Uniões congregam-se na Confederação das IPSS que representa as várias uniões.

Outro ponto muito importante relativo à criação destas instituições, é o facto de gerarem postos de trabalho, o que reduz o desemprego local, e para além disso, promovem o desenvolvimento de agentes locais tais como os municípios e as associações, pois é essencial a colaboração com os mesmos (Cabugeira, 2000), uma vez que estes agentes locais podem fomentar um acompanhamento mais de perto de todas as situações que se considerem pertinentes para a integração social.

Depois de todo o esforço para a criação das IPSS surgiu um consenso que define que estas instituições têm de se estruturar em 5 características que são: a organização, serem privadas, não distribuírem qualquer lucro, terem auto governação e serem de adesão voluntária.

Com a aplicação destes critérios operacionais demonstrou-se possível, segundo Franco et al (2005), pela existência de um conjunto de organizações não lucrativas que sem dúvida se diferenciam do setor público (primeiro setor) e do setor privado com fins lucrativos (segundo setor), existindo no entanto outros termos utilizados com frequência para descrever o conjunto deste tipo de organizações, concluindo-se que o conceito de organização não lucrativa pode assumir múltiplas designações como “terceiro setor”, “economia social”, “setor não lucrativo”, “economia social e solidária”, “economia alternativa” e outras expressões (INE 2011).

Com o passar dos anos, assistimos ao surgimento de outras organizações ligadas ao Terceiro Setor e atualmente o número de entidades que compõem o Setor Cooperativo e Social, tem aumentado exponencialmente.

No contexto da pandemia por que Portugal passou, a sociedade tem uma ligação muito mais próxima com estas organizações interagindo com maior frequência, fortalecendo relações de confiança e cooperação com as mesmas, ou seja, as organizações que constituem este setor são de natureza privada, mas com uma finalidade pública, cujas ações estão voltadas para questões como cidadania, autonomia e direitos não só da população em geral como preferencialmente daqueles que são classificados como excluídos.

Por outro lado, as entidades lucrativas, como o próprio nome indica, são entidades empresariais, que têm como principal objetivo gerar lucro, minimizar as despesas e maximizar a riqueza dos intervenientes, através da constituição / reforço de reservas ou de distribuição de dividendos. Este tipo de entidades, difere do setor privado para o setor público, pois estão sujeitas a objetivos / metas e políticas governamentais diferentes, havendo então a necessidade de maior informação e exposição perante a sociedade.

Qualquer entidade empresarial, cujo objetivo principal é gerar lucro com as operações regulares, com vista a maximizar a riqueza dos proprietários, é chamada de organização com fins lucrativos. O lucro obtido por essas entidades é retido nos negócios, para contingências futuras, na forma de reservas ou distribuído aos proprietários como dividendo.

A estrutura de negócios pode ser uma sociedade unipessoal, parceria ou empresa. Essas preocupações comerciais esforçam-se continuamente para minimizar despesas e maximizar a receita para aumentar o lucro do negócio, para crescer e expandir. Eles precisam manter os seus livros de contas para fins fiscais e de auditoria. Além disso, o imposto é cobrado sobre os lucros da empresa a uma taxa fixa.

No setor privado, os recursos são escassos e é necessário que sejam geridos de uma forma eficiente, o que implica com que sejam adotadas metodologias e práticas de gestão modernas para que se obtenha uma melhor performance na utilização desses recursos no desenvolvimento das atividades propostas e com elevado interesse público. Para isso, o chamado Terceiro Setor deve procurar ter profissionais especializados e qualificados, que sejam capazes de apoiar as organizações no que diz respeito à realização rápida e adequada dos seus objetivos e transparência para com os seus stakeholders.

No quadro seguinte está sintetizada a descrição das diferenças existentes entre entidades sem fins lucrativos e entidades com fins lucrativos:

Objetivo	Entidades Sem Fins Lucrativos	Entidades com fins lucrativos
Finalidade	Servir a comunidade	Criar valor para os sócios
Fonte de Rendimento	Donativo e subsídios + rendimentos	Serviços Prestados/Vendas
Responsabilidade perante	Doadores (responsabilidade fiduciária)	Sócios

Tabela 4: Organizações sem fins lucrativos vs com fins lucrativos (fonte: Marques, M^a C. (2021))

Entre as Organizações Sem Fins Lucrativos, nesta dissertação destacam-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que têm vindo a assumir um papel fundamental na nossa Sociedade Civil.

A importância das IPSS no assegurar das responsabilidades do Estado, como a proteção social de crianças, deficientes e idosos, consubstanciado em pressupostos constitucionais e ainda legislação diversa sobre a sua organização e funcionamento. Como em qualquer

organização, a questão das lideranças, nos seus diversos tipos e estilos, tem importância determinante.

Tendo em conta a “crise” que estamos a passar devido a acontecimentos como a Guerra na Ucrânia que está a fazer disparar a inflação dos produtos e serviços a nível nacional e internacional, sendo que as empresas são as principais afetadas, tendo em conta que as suas despesas aumentam e os lucros não sobem.

Por consequência disso, assistimos ao aumento do desemprego, ao abrandamento do crescimento económico e com a crise do Estado Providência uma atenção renovada é conferida nos nossos dias ao terceiro setor por parte quer da esfera política, quer dos inúmeros investigadores, quer da própria comunicação social.

Desta forma, no contexto atual da sociedade portuguesa o Terceiro Setor tem conquistado um maior reconhecimento em Portugal, sendo assim possível concluir que as organizações sem fins lucrativos têm ajudado muito ao desenvolvimento do país, pois ajudam várias pessoas, pois por exemplo, com o aumento de todos os bens essenciais as pessoas vão ter necessidade de recorrer as IPSS, tais como Banco Alimentar Contra a Fome, Cozinha Económica entre outras.

Nas atuais circunstâncias, instituições como Misericórdias ou Centros Sociais e Paroquiais desempenham um papel fundamental, pois estabeleceram condições mais favoráveis para a sociedade - desde a infância à terceira idade - em áreas em que só o Estado não conseguiria chegar.

De facto, por exemplo, na ausência destes recursos, os pais, que trabalham até tarde, não tinham onde deixar os filhos até os conseguirem ir buscar, os pais desempregados não teriam possibilidades financeiras para colocar os filhos na creche e os idosos teriam de ser enviados para lares e centros de dia a quilómetros de distância da sua localidade. Como já foi referido, o Terceiro Setor cria, assim, soluções para este tipo de problemas. Na maioria destas respostas sociais (creches, unidades de apoio aos idosos, ATLS, por exemplo), o pagamento é feito conforme os rendimentos de cada agregado familiar, proporcionando assim melhores condições de vida a todos. Isto incentiva, ainda, a fixação dos jovens na sua zona de residência pois os serviços prestados são, muitas das vezes, quase gratuitos (Almeida, 2015).

Segundo o estudo Conta Satélite da Economia Social (CSES) (INE, 2016), elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2013, este setor das IPSS era composto por 61.268 entidades. Cerca de 50% das organizações da Economia Social desenvolviam a sua atividade na área da cultura, desporto e recreio. Os cultos e congregações e a ação social também tinham um peso bastante significativo (13,7% e 15,6%, respetivamente). Logo a seguir, mas com um peso relativo inferior, encontram-se as organizações de desenvolvimento, habitação e ambiente (4,8%), as organizações profissionais, sindicais e políticas (4,8%) e as organizações de ensino e investigação (4%). As atividades com menor representatividade estavam relacionadas com a saúde e bem-estar (1,5%), o comércio, consumo e serviços (1,3%), a agricultura, silvicultura e pescas (0,7%), as atividades de transformação (0,6%) e, por último, as atividades financeiras (0,2%).

Esta análise permite afirmar que as IPSS têm um papel preponderante no dia-a-dia da população portuguesa, pois permitem gerar mais qualidade de vida aos utilizadores deste tipo de entidades.

1.2 A importância das Entidades Sem Fins Lucrativos na economia portuguesa

Para a avaliação da análise ao peso das entidades sem fins lucrativos na Economia usámos dados de 2018 e para o VAB os dados de 2016, uma vez que não encontramos dados mais recentes em nenhuma base de dados das Contas Satélite ou do INE, salvaguardando que em 2020 foi disponibilizado um relatório que apenas fazia referência aos dados que foram usados.

Segundo a informação disponibilizada no site da CASES (CASES, 2021), apenas está prevista a divulgação de nova edição em 2023, que permitirá conhecer os efeitos provocados pela pandemia global no setor.

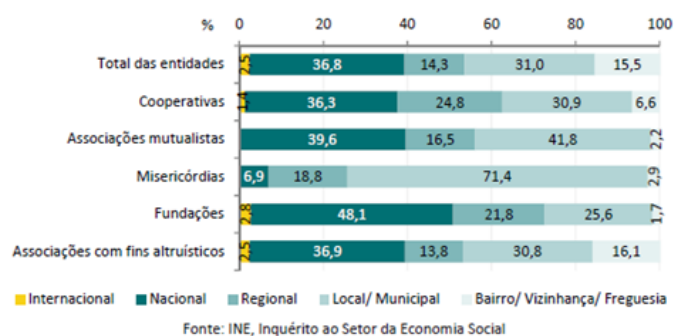


Gráfico 1: Inquérito ao setor da economia social (Fonte: INE)

Em 2018, 36,8% das entidades da Economia Social identificaram como a principal área geográfica de atuação o nível nacional e a existência de cerca de 20,5 milhões de cooperadores, associados ou irmãos inscritos nestas entidades. No nosso país todos os municípios registaram a presença deste tipo de entidades, com uma concentração mais significativa nos municípios de Lisboa, Porto e Coimbra.

No referido ano, 19,9% das Cooperativas realizaram ações de voluntariado no domínio do desenvolvimento da vida associativa e da Economia Social, 60,0% das Associações Mutualistas, 62,9% das Misericórdias e 32,2% das Fundações realizaram ações de voluntariado no domínio da ação social e 28,7% das Associações com Fins Altruísticos realizaram ações de voluntariado no domínio da cultura e defesa do património.

De referir que cerca de 40% das entidades da Economia Social referiram que os voluntários estavam abrangidos por seguro de acidentes pessoais e de responsabilidade civil, com destaque para as Misericórdias, onde esta percentagem atingiu os 77,1%.

Com respeito a iniciativas de responsabilidade social neste setor, 47,9% destas entidades não implementaram iniciativas de responsabilidade social, mas aquelas que promoveram este tipo de iniciativas, 20,6% divulgaram informação interna e 17,9% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental, registando-se mesmo assim diferenças significativas nas várias entidades incluídas na Economia Social.

Em relação à área geográfica de intervenção a nível nacional, 36,8% refere-se a entidades da Economia Social, enquanto 31,0% selecionaram o nível local ou municipal, 14% das entidades referiram atuar a nível regional e 15,5% concentraram a sua atividade no bairro,

vizinhança ou freguesia. De referir que apenas 2,5% do total de entidades da Economia Social selecionaram o nível internacional enquanto principal área geográfica de atuação. Poderemos com isto verificar que enquanto nas Cooperativas, nas Fundações e nas Associações com Fins Altruísticos o nível nacional foi o que agregou o maior número de entidades (com 36,3%, 48,1% e 36,9%, respetivamente), nas Misericórdias e nas Associações mutualistas o nível local ou municipal foi predominante (71,4% e 41,8%, respetivamente).

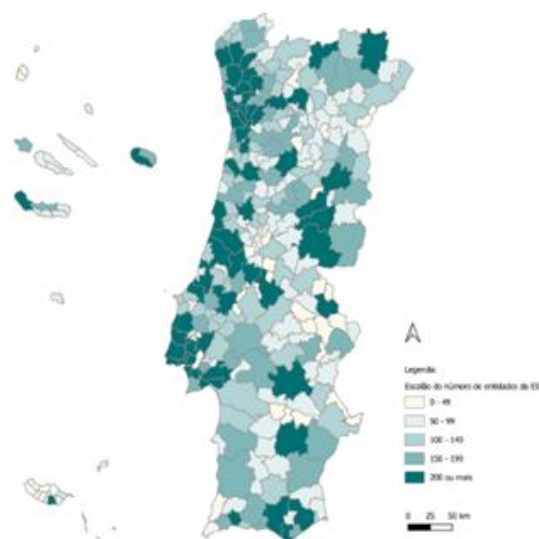


Gráfico 2: Distribuição das entidades da Economia Social por município (Fonte: INE, 2016)

Em 2016, as entidades da Economia Social identificaram como principal utilizador, beneficiário ou cliente o público em geral (64,0%), as crianças (15,0%), os jovens (13,5%), a população idosa (8,9%) e os fiéis e crentes (8,5%).

Apesar do público em geral corresponder ao principal utilizador, beneficiário ou cliente em quase todas as entidades da Economia Social, com exceção das Misericórdias, observaram-se diferenças significativas quanto à distribuição dos demais utilizadores, beneficiários ou clientes. Nas Cooperativas, além do público em geral (66,5%), assumiram especial relevância os outros (14,7%), as entidades da ES (7,4%), as crianças (7,2%) e os homens (6,1%). Nas Associações mutualistas destacaram-se, além do público em geral (74,7%), a população idosa (18,7%), as crianças (12,1%), as mulheres (11,0%)

e os homens (9,9%). Para as Misericórdias o principal utilizador, beneficiário ou cliente foi a população idosa (85,9%), seguida das crianças (44,8%), do público em geral (24,4%), das pessoas com necessidades financeiras (15,9%) e das pessoas com deficiência, necessidades especiais e/ou problemas de saúde mental (9,5%). Em relação às Fundações, além do público em geral (46,3%) como principal utilizador, beneficiário ou cliente, destacaram-se as crianças (28,7%), a população idosa (26,3%), os jovens (19,5%) e as pessoas com necessidades financeiras (10,3%). Por último, nas ACFA foram preponderantes o público em geral (64,3%), as crianças (15,0%), os jovens (13,7%), os fiéis e crentes (8,8%) e a população idosa (8,4%).

Os dados Terceira Edição da Conta Satélite da Economia Social em 2016, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social representou 3,0% do VAB da economia, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais, face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período. A Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente). Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos evidenciavam-se em número de entidades (92,9%), VAB (60,1%), Remunerações (61,9%) e Emprego remunerado (64,6%).

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho de Coimbra

O número de entidades do setor não lucrativo tem vindo a aumentar, provocando um aumento do VAB, a nível nacional, isto leva que estas tenham um desempenho mais favorável na economia nacional do nosso país. No quadro abaixo, podemos verificar as diferentes áreas das entidades sem fins lucrativos, a nível nacional.

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)	Emprego	Emprego remunerado	VAB
	N.º	ETC	ETC	10 ⁶ Euros
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	12 048	11 789	242
B - Educação	2 594	29 966	29 811	671
C - Saúde	2 386	75 503	75 460	1 186
D - Serviços sociais	6 978	70 196	70 000	1 170
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	714	702	10
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2 606	2 439	37
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	2 797	2 769	50
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	190	186	3
I - Religião	8 533	9 802	9 797	175
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	8 268	8 128	153
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	5 976	5 775	303
L - Outras atividades	2 244	18 222	18 030	821
Economia Social	71 885	236 288	234 886	4 819
Economia Nacional	-	4 419 870	3 839 523	162 226
Economia Social / Economia Nacional	-	5,3%	6,1%	3,0%

Tabela 5: Classificação Internacional das Organizações Sem Fins Lucrativos (Fonte: INE,2016)

Como podemos verificar no quadro acima, a saúde e os serviços sociais foram as áreas mais relevantes em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB) e emprego, tendo a saúde sido responsável por 24,6% do VAB e o emprego responsável por 32,1%. Já os serviços sociais, foram responsáveis por 24,3% do VAB, e o emprego foi responsável por 29,8% do VAB. Também no quadro acima, está demonstrado o que referimos no início deste subtema, ou seja, aqui está representado os 3% que o terceiro setor representa no VAB (INE) português em 2016.

Ao longo deste trabalho, apresentamos as diferentes áreas, ou os diferentes grupos deste tipo de setor, sendo possível, através da análise de um quadro facultado pelo INE, a análise do peso do VAB de cada tipo de grupo mencionados nos subtemas anteriores.

Para além do VAB, atualmente também existe a preocupação para que exista contributos da Economia Social para que sejam atingidos os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Sendo assim, a resolução “A/RES/70/1 Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, aprovada na Cimeira das Nações Unidas

sobre Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, definiu um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, estabelecendo um conjunto de 17 objetivos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das 169 metas a ser alcançadas, pelos países até 2030, em que as organizações do Terceiro Setor também são consideradas como um dos agentes da mudança.

2 Revisão da Literatura

Neste tópico começamos por analisar e avaliar a investigação sobre as divulgações voluntárias e não voluntárias de relato financeiro – o tema das IPSS.

2.1 Divulgações voluntárias e não voluntárias no relato financeiro

Na atualidade em que vivemos, nomeadamente face à inflação de que Portugal está atualmente a verificar, devemos dar alguma ênfase à transparência da informação financeira divulgada no contexto das IPSS, pois as mesmas devem cada vez mais disponibilizar os seus Relatórios de Contas para que possamos conhecê-las melhor, uma vez que cada vez mais estão a ser utilizadas pela população face ao contexto que estamos a viver.

Segundo Armstrong (2005), os conceitos de integridade, transparência e accountability foram princípios fundadores para a Administração Pública, uma vez que estes três princípios só fazem sentido se estiverem interligados.

O princípio de integridade está relacionado com as funções que são desempenhadas pelas entidades, uma vez que estas devem ser desempenhadas com seriedade e de forma a ser dado crédito ao que está a ser feito no nosso dia-a-dia.

A accountability é ainda um termo em evolução, sendo que, mesmo quando é usado na literatura internacional, é ainda muitas vezes usado com pouca clareza. A tradução mais presente do termo accountability é prestação de contas.

A prestação de contas remete para a obrigação fiscal de dar informação ao Estado, sendo essas informações de natureza económica e financeira. Mas por outro lado, a accountability diz respeito a relações que as entidades mantêm com diversas pessoas/entidades.

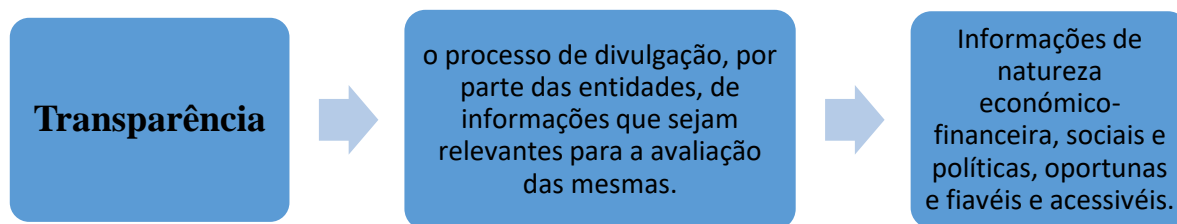
O princípio da accountability procura aperfeiçoar os serviços públicos e capacitá-los de meios capazes de ir ao encontro das necessidades e exigências dos cidadãos, caracterizando-se pelas seguintes funções: aferir se os objetivos e a sua utilidade se encontram em unísono; permitir a melhoria do desempenho dos agentes públicos; prevenir com o conhecimento do desempenho as ações e os comportamentos e não unicamente controlá-las; possibilitar o aumento da legitimidade com a ênfase dada à responsabilização de prestação de contas e respetiva sanção; e, por último, permitir que os processos e procedimentos sejam transparentes (Blair, 2000).

A transparência está associada a integridade e com a forma como o público tem acesso às informações que são importantes e fiáveis para decisões que o público possa vir a tirar delas.

Aplicando estes termos que se interligam muito entre si, Ortega-Rodríguez, Licerán-Gutiérrez e Moreno-Albarracín (2020), definem a transparência em ONL como sendo a prática moral de accountability pela qual as organizações têm de divulgar informações sobre as atividades que realizam e os recursos que usam para atingir o seu propósito social.

Os mesmos autores, argumentam também que, a exigência de altos níveis de transparência para estas entidades, estão assentes em dois pilares fundamentais: os principais stakeholders das ESNL, que os leva a imporem a divulgação de informações transparentes para fornecer o seu apoio financeiro através de fundos públicos; sendo o segundo pilar as práticas inadequadas ou fraudulentas de uma ESNL que podem vir a causar graves prejuízos, sobretudo no setor.

Em suma, o conceito de transparência é:



. *Figura 1: Processo da Transparência (elaboração própria)*

Em suma, o conceito de transparência refere-se á disponibilização de informações oportunas, confiáveis e de fácil interpretação, sobre o desempenho da entidade e da tomada de decisões relevantes.

No caso das IPSS, devem divulgar no seu site institucional informação relevante relativamente aos bens e/ou serviços prestados, como por exemplo, as atividades desenvolvidas, os preços praticados e horários de funcionamento

Bandeira, Meira e Tomé (2016), realizaram uma breve redação sobre os principais desafios que as cooperativas de solidariedade social enfrentam relativamente à prestação de contas e, conseqüentemente, à transparência em virtude do Decreto-Lei nº 172-A/2014. Quanto à adequação dos documentos de prestação de contas, concluíram que o relatório de gestão demonstra ser um instrumento eficaz na divulgação de informações económicas, sociais e culturais.

De acordo com os resultados do referido estudo, as entidades que elaborem apenas o relatório financeiro não conseguem transmitir adequadamente esses parâmetros. Para além disso, as cooperativas que utilizem este tipo de instrumento de divulgação, não só têm uma maior capacidade de assegurar as condições de sustentabilidade e uso eficiente dos seus recursos financeiros, como também divulgam as relações com a comunidade mais eficazmente.

Face ao que acontece, os autores defendem que o SNC das ESNL não se adequa às exigências que o princípio da transparência exige no contexto atual do novo estatuto implementado pelas IPSS. Assim, para que o princípio da transparência seja cumprido os mesmos autores defendem que todas as cooperativas deviam ser obrigadas a apresentar um relatório de gestão com dados concretos e sistematizados.

Em suma, da análise dos trabalhos empíricos publicados, não existe uma única forma de medir a transparência. Diferentes técnicas, como índices e testes estatísticos, têm sido experimentadas para responder a perguntas específicas. É necessário desenvolver modelos que permitam quantificar o nível de transparência exigido e determinar os critérios utilizados para qualificar uma organização como mais ou menos transparente, Ortega-Rodríguez, et al. (2020).

Face ao exposto anteriormente, o setor não lucrativo necessita de ganhar maior capacidade e como tal as organizações sem fins lucrativos devem influenciar os seus principais stakeholders, que são: o público, os fornecedores, os parceiros, os voluntários, os funcionários, as autoridades locais, o governo, a comunidade local, as associações, os utilizadores, e os doadores.

Neste sentido, esta última exigência implementada a partir de 2015 implica que as IPSS devam deter um site na internet, onde divulguem as suas contas até 31 de maio do ano seguinte a que respeita de acordo com o artigo 14º-A do Decreto-Lei nº 172-A/2014.

Esta obrigatoriedade vai ao encontro das exigências de acesso à informação, por parte dos diferentes stakeholders, e contribui para uma maior monitorização, transparência e responsabilização destas entidades.

As principais vantagens associadas à criação de um website por parte das IPSS passam sobretudo por: a divulgação das suas atividades e das respostas sociais que as mesmas oferecem; a permissão de uma maior notabilidade dos trabalhos que são realizados pelos seus utentes, familiares e pela comunidade em geral; a possibilidade de divulgar diversos eventos e notícias relevantes para a comunidade; a apresentação de contas (Publicação das contas do Exercício de acordo com o Decreto-Lei nº 172-A/2014); a apresentação de imagens dos espaços que as mesmas possuem e são acessíveis pela comunidade em geral (não só para os utentes); e pela divulgação da história da instituição, os seus regulamentos internos, assim como os seus estatutos e os órgãos sociais.

A divulgação das informações disponibilizadas nos sites são vistas de formas distintas, como tal são analisadas por vários autores tais como: García-Martínez (2004) que defendiam o uso da divulgação de informação na internet pelas entidades da economia social e eram apologistas de que as novas tecnologias deveriam ser um recurso com forte

potencial popular e assim tornarem-se muito úteis para a gestão e eficácia destas entidades; por sua vez Gandía (2009), mostrava evidência de que as ESNL que tivessem uma página na internet, conseguiriam melhor tomar decisões sobre a sua estrutura, conteúdos e funcionalidades que podia vir a ser implementadas, bem como das condicionantes que as suas infraestruturas técnicas, económicas e sociais poderiam ter na estratégia de comunicação e na gestão da informação de divulgação financeira ou não financeira que a entidade pretende divulgar; e por último Lee e Blouin (2017) concluíram com os seus resultados que as entidades que utilizarem a internet para inovar e comunicar eficientemente, tenderão a crescer e desenvolver-se, enquanto as que recusarem ou demorarem mais tempo adaptá-la, entrarão em declínio ou podem até mesmo deixar de existir. Ou seja, partindo das opiniões dos vários autores analisados, pode-se concluir os distintos estudos mostram a necessidade e importância da divulgação de informações, voluntárias ou não voluntárias, nos websites das entidades do setor não lucrativo para estas entidades apresentarem as suas informações e permitir aos seus stakeholders / utentes a sua análise.

Assim sendo e tendo por base a literatura existente, segundo Gandía (2009) a decisão das ESNL na preparação da sua página na internet, pode ter três níveis ou adotar uma das seguintes estratégias:

1. “The ornamental Web presence” – o uso da internet ter como objetivo principal a promoção de informação de natureza geral (ex.: missão e visão, atividades, notícias, etc.), sendo que pode não seguir objetivos definidos, mas essencialmente, refletir o desejo de marcar presença na internet, muitas vezes para imitar práticas de outras ESNL;
 - ↘ “The informational Web presence” - a página na internet é ser usada como uma ferramenta para aumentar a transparência para com os seus stakeholders, através da divulgação de informações económicas, financeiras e de governance;
 - ↘ “The relational Web presence” - as ESNL utilizam as suas páginas de internet como portais de serviços para os stakeholders, como por exemplo, para permitir a recolha de donativos, o recrutamento de voluntários ou mediante a criação de áreas de acesso exclusivas de comunicação para membros;

Com o passar dos anos assistimos a estudos mais recentes sobre como as entidades sem fins lucrativos comunicam com os seus stakeholders através das redes sociais, sendo que estas são um “novo” meio de comunicação de “duas vias”, ou seja, a via que permite a comunicação com os stakeholders e a comunicação dos stakeholders com a entidade de forma mais interativa.

Os resultados obtidos nos estudos mais recentes, mostram que foi possível reforçar a existência de duas perspetivas: na perspetiva de oferta temos a “teoria dos stakeholders” e a “teoria dos empreendedores sociais” que patrocinam que tais instituições serão também fruto, por um lado, da necessidade da existência de “entidades intermediárias” entre os particulares (pessoas singulares e empresas – os doadores – cujos comportamentos altruístas explicariam a sua disponibilidade para financiarem ações sociais via doações), e os utentes desses mesmos serviços; por outro lado são o resultado da ação de líderes-empreendedores sociais e religiosos que, nomeadamente pela via do voluntariado, procurariam informar e prestar apoio aos cidadãos, bem como influenciar o processo de decisão política, em ordem a uma maior ponderação dos valores e realidades sociais.

Tendo em consideração a necessidade que as IPSS têm para arranjar voluntários e trabalhadores, Portugal desde outubro de 2020 (ano em que começou a pandemia COVID-19 e o país teve de se adaptar a novas realidades) desenvolveu uma plataforma denominada Bolsa de Disponíveis (<https://bolsa.ipss.pt/>) que permite encontrar voluntários e trabalhadores para o setor social.

Esta plataforma foi iniciada com 110 instituições e mais de 1.605 cidadãos disponíveis e desenvolvida em que em parceria com o Instituto de Segurança Social (ISS). Os cidadãos como disponíveis para voluntariado ou trabalho remunerado, sendo que as duas vertentes são aceites nesta plataforma, pois a mesma funciona na lógica de oferta e da procura e assim, dispensa interferência humana no processo de recrutamento.

A criação da plataforma foi um projeto que foi apresentado pela Universidade Católica que é a continuidade de outro surgido durante o estado de emergência nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, por iniciativa da UNITATE – Associação de Desenvolvimento da Economia Social. A plataforma pretende ligar as IPSS e as suas

necessidades de recursos humanos a voluntários ou cidadãos à procura de emprego no setor social.

Se inicialmente eram os responsáveis da plataforma que faziam a gestão dos registos encaminhando as pessoas para as ofertas registadas das IPSS, funcionando como filtro e mediador, agora, com a nova plataforma – desenvolvida depois de o projeto inicial vencer um concurso da Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com a EDP para ideias inovadoras no âmbito da Covid-19 — elimina-se a necessidade de mediação humana.

Tendo como objetivo a utilização dos motores de busca, conseguimos verificar a existência dos websites relativamente às IPSS, sendo que para isso, é necessária uma busca ativa nos diferentes motores de busca, que nos darão variadas informações e consoante a fiabilidade de cada motor de busca, poderemos ou não considerar a informação válida.

A avaliação da informação prestada pelas entidades, sejam elas quais forem, empresas, ONG, IPSS ou outras, importância é necessária para aferir o nível de transparência e de accountability destas entidades.

Neste sentido vários estudos debruçaram-se sobre a análise e quantificação da informação on-line, dando origem à construção de índices para mensuração do grau de divulgação. Nos trabalhos desenvolvidos por: Gandía (2001) e AECA (2002), a divulgação de informação financeira na era digital reconhecem a internet como um veículo para a sua difusão, como um espaço de comunicação universal, especialmente, dirigido para as empresas e subdividido entre empresas cotadas e pequenas e médias empresas, sendo que a avaliação de um site tem em conta três aspetos: os seus conteúdos (informação sobre o negócio e informação financeira, com 12 e 9 itens, respetivamente, para as empresas cotadas e, 6 itens, respetivamente, para pequenas e médias empresas), a avaliação da sua navegabilidade (com 7 itens para as empresas cotadas e 4 itens para pequenas e médias empresas) e quanto ao desenho e acessibilidade da página (com 11 itens, para qualquer tipo de entidade).

Adicionalmente, os autores recomendam um mínimo de pontuação a atingir, que é resultado da verificação dos diversos itens observados nos sites das empresas, consoante a dimensão e natureza da entidade.

2.2 A Transparência nas IPSS

O Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, veio trazer a versão atual que se conhece do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que dita as regras contabilísticas aplicáveis às ESNL, que decorre da divulgação destas entidades, uma vez que estas assumem um papel preponderante na economia, e como tal existe a necessidade de reforçar as exigências de transparência quer para as atividades que realizam, quer aos recursos que utilizam para as atividades que realizam.

Os autores, Basri e Siti-Nabiha (2010), referem que face ao elevado número de ESNL, hoje em dia, estas funcionam, por um lado, como verdadeiros competidores por recursos financeiros (como por exemplo a obtenção de donativos) e, por outro lado, entidades que não estejam dispostas a prestar contas sobre o uso dos recursos obtidos, podem correr o risco de perderem o apoio dos respetivos doadores. Segundo Behn et al. (2007), a capacidade de outras entidades ou indivíduos externos à organização acederem a informação relevante sobre o desempenho das atividades de uma ESNL e do seu desempenho financeiro é de grande importância para uma eficiente aplicação de capital e potenciais decisões de atribuição de donativos. Assim sendo quer seja

Diversos estudos, nomeadamente, Behn et al. (2010) ou Saxton et al. (2012) abordam os determinantes que pode conduzir as ESNL a uma maior divulgação e transparência.

Existem vários sites que fazem referência aos princípios da transparência, tais como Open Science, Caspa, Fundación Lealtad, entre outros. Nesta dissertação foram abordados os princípios de transparência e boas práticas da Fundación Lealtad (2009), organização essa que visa promover a confiança da Sociedade no Terceiro Setor e aumentar assim a colaboração de indivíduos e instituições com organizações não governamentais sendo os seus princípios básicos os seguintes: - princípios de funcionamento e regulação do órgão de governo, clareza e publicidade do fim social, planeamento e atividade, transparência e financiamento, pluralidade do financiamento, controlo na utilização de fundos, apresentação de contas e cumprimento das obrigações legais, comunicação e imagem fiel da informação e promoção do voluntariado – e do Código de Conduta elaborado pela Coordinadora para el desarrollo o CONGDE, com um guia de desempenho para a

avaliação da transparência que está suportado em 76 indicadores. Estes indicadores podem ser agrupados em dois grupos associados à:

- ➔ **Transparência** - com 26 indicadores, que se dividem em três blocos: informação de índole organizacional (dirigentes e sua formação e apoios, nomeadamente, sócios, voluntários, pessoal contratado, financiadores, localização da sede e delegações e federações a que pertence); informação relativa à missão, visão e valores organizacionais; e informação sobre atividade desenvolvida e de natureza financeira (com especial destaque para as contas anuais auditadas do último período e dos últimos três períodos);
- ➔ **Bom governo** – com 50 indicadores relativos à composição e funcionamento dos órgãos de governo, à política de recursos humanos, às relações formais com sócios locais, aos aspetos relativos à responsabilidade social, ao planeamento e à avaliação das atividades desenvolvidas;

Os fatores de informação dos mecanismos de autorregulação na análise da transparência online das ONG espanholas, promovida por Caba Pérez et al. (2011), os quais tiveram como base os trabalhos desenvolvidos pela Fundación Lealtad y Coordinadora para el desarrollo CONGDE, resultaram na definição de três fatores para a transparência online: organizativa (com 18 itens), de atividades realizadas (com 10 itens) e económica (com 9 itens).

Por último, é importante referir como ponto positivo, que as IPSS que contém um site de fácil acesso e de fácil navegação, contém todas as informações necessárias para todos os utilizadores, sendo que os dados que fornecem são de fácil compreensão e abordagem.

Assim sendo as IPSS que conseguirem atingir os seus objetivos, bem como as que conseguirem atrair novos voluntários em prol da comunidade que usa a IPSS são entidades que vão conseguir dar mais futuro à continuação da integridade da IPSS.

3 Normalização contabilística das Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) em Portugal

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho surgiu com o objetivo de homologação das normas internacionais de contabilidade em Portugal, adotadas pela União Europeia (UE), nos termos do regulamento n.º 1606/2002, de 19 de julho, tendo revogado o Plano Oficial de Contabilidade e legislação complementar (fonte: site da OCC)

O Decreto-Lei nº 36-A/2011 que aprova os regimes da normalização contabilística para Microentidades e para as entidades do sector não lucrativo, sendo o seu principal objetivo a aprovação do regime da normalização contabilística para as microentidades; para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), e ainda vem ditar a consagração de regras que dispensam, em certos casos, a apresentação de contas consolidadas por empresas mãe, sendo que este decreto surgiu por haver necessidade de uma disposição sólida relativamente aos aspetos da estrutura concetual, critérios de reconhecimento e mensuração para corresponder às exigências do relato financeiro.

Deste modo, as entidades sem fins lucrativos adquiriram normas contabilísticas próprias e adequadas, de modo que não possam distribuir pelos membros qualquer lucro que a entidade venha angariar, e assim assegurar uma correta prestação de contas aos seus utilizadores.

A NCRF-ESNL foi publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março, alterada pelo DL nº 98/2015, de 2 de junho, sendo homologada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho.

Esta norma é idêntica à Norma Contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), podendo-se até considerar como uma transposição desta com as devidas adaptações às ESFL (Magalhães, 2012; Antão *et al.*, 2012; Santos *et al.*, 2015).

Em 2015 surge o Decreto-Lei nº 98/2015 que incorpora no SNC a NCRF-ESNL, que é composto por:

- **Bases para apresentação das Demonstrações Financeiras**

Estas bases apresentam como função a regulação dos requisitos que permitem assegurar a comparabilidade, quer com as Demonstrações Financeiras de períodos anteriores da mesma entidade, quer com as de outras entidades (Antão *et al.*, 2012; Tavares *et al.*, 2014).

As Demonstrações Financeiras são uma representação estruturada da posição e desempenho financeiro de uma entidade. Um conjunto completo de Demonstrações Financeiras inclui um Balanço (ativos; passivos; Fundos patrimoniais), uma Demonstração dos Resultados (rendimentos e ganhos), uma Demonstração dos Fluxos de Caixa, uma Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e um Anexo. Uma vez que o objetivo destas é apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, exige-se que haja uma representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos na NCRF ESNL (Antão *et al.*, 2012; Araújo *et al.*, 2012; Tavares *et al.*, 2014).

Para que se possa atingir os objetivos é necessário respeitar determinados pressupostos tais como: continuidade; regime do acréscimo ou da periodização económica; consistência de apresentação; materialidade e agregação; compensação; informação comparativa.

➤ **Código de contas**

A alteração no código de contas decorrente da Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, reflete-se numa estruturação do código de contas específico para as entidades sem fins lucrativos, que coincide com o código de contas do SNC, mas com algumas alterações de contas dirigidas às ESFL.

➤ **Modelos de Demonstrações Financeiras**

As alterações publicadas no DL 98/2015, de 2 de junho, implica que a informação a ser apresentada no Balanço e na Demonstração dos Resultados pode ter itens adicionais para facilitar a compreensão da posição financeira.

No Balanço, uma entidade deve apresentar como classificações separadas os ativos correntes e não correntes e os passivos correntes e não correntes; na Demonstração dos

Resultados deverão basear-se numa classificação que atenda à natureza ou função de uma transação e não à frequência. Em relação, às notas do Anexo, estas devem ser apresentadas de uma forma sistemática, sendo que cada item constante no Balanço ou na Demonstração dos Resultados que tenha merecido cruzamento de informação, sendo que estas devem ser apresentadas segundo a seguinte ordem: identificação da entidade, incluindo domicílio, natureza da atividade, nome e sede da entidade -mãe, se aplicável; referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras; resumo das principais políticas contabilísticas adotadas; informação desagregada dos itens apresentados na face do balanço, na demonstração dos resultados por natureza; passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; indicação do número de pessoal cooperante, número de voluntários e de beneficiários, órgãos sociais ou qualquer outra informação que aumente a qualidade da informação contida nas Demonstrações financeiras; e por último as divulgações exigidas por diplomas legais.

De acordo com o Decreto-Lei 64/2013, de 13 de maio, as IPSS que possuam contabilidade organizada apenas ficam sujeitas à revisão e Certificação Legal de Contas quando, durante dois anos consecutivos ultrapassem dois dos três limites previstos no n.º 2 do art.º 262º do Código das Sociedades Comerciais, multiplicados por um fator de 1,70.

Assim, se durante dois anos consecutivos os seguintes limites forem ultrapassados, as IPSS ficam sujeitas à certificação legal de contas: a) Total do balanço: 2.550.000 euros; b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 5.100.000 euros; c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 85.

Em suma, é possível afirmar que tal como as restantes entidades, as IPSS têm uma normalização contabilística específica e adequada a elas, de forma que se cumpra o que está disposto no normativo contabilístico para ESNL.

4 Metodologia

As metodologias de investigação sobre como avaliar qualidade da informação financeira divulgada por uma entidade passam, regra geral, pela definição de um índice ou um indicador numérico que, segundo García-Meca e Conesa (2004), pode ser desenvolvido em duas fases:

- Na primeira fase: deve ser analisado o conteúdo que se apresenta;
- Na segunda fase: deve ser feita uma reflexão sobre os vários itens em função da importância que eles apresentem.

De acordo com Prodanov & Freitas (2013), a metodologia consiste em examinar, descrever e avaliar os métodos e técnicas de pesquisa que devem ser observados para construção do conhecimento, estes possibilitam a recolha e o processamento de informações, visando a resolução de problemas e/ou questões de investigação, cujo propósito é o de comprovar a sua validade e utilidade.

O estudo empírico desenvolvido nesta investigação pode ser caracterizado como sendo um estudo analítico (Collis & Hussey, 2005) sendo o método de abordagem indutor, uma vez que permite que a partir da observação de factos concretos se descubra as relações existentes entre eles.

No que se refere ao processo de pesquisa este estudo é classificado como um estudo tanto quantitativo, pois visa o cálculo da importância da informação financeira apresentada nos diversos websites das IPSS, sendo que foram analisados vários documentos o Balanço, e a Demonstração de Resultados de modo a avaliar quais as rubricas com maior relevância nestas entidades para que possamos procurar compreender o modelo de negócio.

Por fim, as técnicas de recolha de dados consistiram na pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo aos websites das IPSS com procedimentos estatísticos.

4.1 Descrição dos dados

Os dados que se apresentam de seguida foram recolhidos através da consulta direta aos websites das IPSS que foram incluídas na amostra através da técnica de análise de

conteúdo, tendo essa consulta ocorrido em julho de 2022 sendo que foram analisados os dados de prestação de contas de 2021 (últimos disponíveis à data de julho de 2022).

4.2 População e Características da Amostra

A população e a amostra estudada é composta por 97 IPSS de acordo com a informação disponibilizada no site da segurança social em julho de 2022 do concelho de Coimbra, pois é uma zona relevante e para qual é pretendido a colaboração para o estudo deste tipo de entidades na zona de Coimbra.

A zona de Coimbra é uma região que tem uma área total de 319,40 km², 140.796 habitantes em 2021 e uma densidade populacional de 441 habitantes por km², subdividido em 18 freguesias. O município é limitado a norte pelo município da Mealhada, a leste por Penacova, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo, a sul por Condeixa-a-Nova, a oeste por Montemor-o-Velho e a Noroeste por Cantanhede.

4.3 Descrição e Cálculo das Variáveis

O objetivo do estudo foi analisar quantas IPSS no Concelho de Coimbra, disponibilizavam um site, e quantas dessas que possuíam site divulgavam a informação financeira e quantas divulgavam outro tipo de informação, numa dimensão de 97 IPSS.

Das 97 IPSS estudadas, 43 disponibilizam site, mas divulgavam apenas informações de teor não financeiro, tais como, missão, valores, constituição do corpo diretivo, etc, 37 disponibilizavam site com informação financeira e com as demonstrações financeiras, sendo que mais ou menos 90% tem apenas a Demonstração de Resultados, e o Balanço, e as outras 10% apresentam para além das demonstrações supracitadas ainda a Demonstração de Fluxos de Caixa, apesar da apresentação dessas demonstrações financeiras serem de apresentação obrigatória, a maioria das IPSS não cumpre este requisito na totalidade. Para medir a importância destas IPSS, foi feita uma análise descritiva do ativo, passivo e fundos patrimoniais, dados esses recolhidos da demonstração financeira do Balanço.

O Cálculo das variáveis foi feito com base em duas variáveis estatísticas, sendo elas a média e o desvio-padrão das rubricas mais pertinentes no Balanço das IPSS no ano de 2021.

5 Estudo do Caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Após identificação das 97 IPSS existentes no concelho de Coimbra, foi feita uma análise à existência ou não de site por parte destas entidades, tendo-se chegado ao seguinte resultado:

% das IPSS	
IPSS s/ site	17.53%
IPSS c/ site mas sem informação financeira	44.33%
IPSS com todos os dados de forma correta	38.14%

Tabela 6: Distribuição das IPSS (Elaboração Própria)

Da análise da tabela 6, foi possível concluir que 17.53% das instituições não têm site, 44.33% tem site, mas não disponibilizam informação financeira e 38.14% das instituições têm site e está organizado e com os dados atualizados (os dados consultados foram de 2021).

Das entidades sem site, foram identificadas as seguintes IPSS: Centro Social da Nossa Senhora da Alegria, Centro Social e Paroquial de Taveiro, Centro Social e Paroquial de Trouxemil, Centro Social de Vila Pouca do Campo, Centro Social e Paroquial da Pedrulha, Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da escola nº10 – CASPAE 10, Associação nacional dos Transplantados Hepáticos, Grupo Sociocultural e Desportivo de São Martinho de Árvore, Fundação Padre Manuel Antunes, AFSD – Associação das Famílias solidárias com deficiência, Centro de Apoio Social de pais e amigos da Escola Básica do 1ºciclo da Quinta das Flores, Hepaturix, Ateneu de Coimbra, Fundação CCD Segurança Social de Coimbra, Associação Sociocultural de São Bento – Casais do Campo, Associação Olhar 21 e a AACSP – Associação de Apoio aos cuidados de Saúde dos Pequenos.

As IPSS que não disponibilizam site próprio não conseguem transmitir tanta credibilidade ao público-alvo, pois as pessoas não conseguem visualizar quais são as atividades que

propiciam as pessoas que fazem parte da instituição, e nem é possível visualizar que serviços oferecem, sendo que daí pode advir a existência de menos utentes, e devido a existência de menos utentes as próprias entidades não se vão predispor tanto à criação do seu website, pois os seus utentes não exigem isso.

Ao nível das IPSS que disponibilizam site mas não tem qualquer informação financeira disponível são identificadas: Associação de Solidariedade Social “Casa do Juiz”, Associação Sociocultural, Recreio e Desporto dos Pereiros, Associação das Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel, Banco Alimentar Contra a Fome, Casa da Infância Douro Elyσιο de Moura, Centro de Assistência Paroquial de Santa Cruz, Centro Operário Católico da Conchada, Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia da Ribeira de Frades, Centro Social das Torres do Mondego, Centro Social e Paroquial da Sé Velha, Cáritas Diocesanas de Coimbra, Graça de São Filipe, Lar de São Martinho, Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra, Obra Social da Torre de Vilela, Recolhimento do Paço do Conde, Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, Associação de Solidariedade Social dos Amigos do Cidadão Doente, Centro Sociocultural Polivalente de São Martinho, Casa do Pai - Centro de Apoio Social, Apoio de Defesa e Apoio da Vida Coimbra -ADAV, associação de diabéticos da zona centro, círculo de amigos do centro de cirurgia cardiotorácica Coimbra, associação portuguesa para as perturbações do desenvolvimento e autismo – APPDA, Centro Comunitário de Desenvolvimento e Solidariedade Social de Coimbra, União das IPSS do Distrito de Coimbra, Centro Social de São Teotónio, Associação Amigos dos Queimados, Associação de Doentes Neuromusculares da Região Centro, Centro de Acolhimento João Paulo II – CBR, Associação Existências, Associação Oportunidades Iguais, Recrear Cam- Associação de Apoio ao Desenvolvimento Vocacional, Formação e Inclusão de Pessoas com Esquizofrenia, Associação Veteranus Care, Associação Jardim Milsorrisos, Centro Sociocultural da Paróquia de Nossa Senhora de Lurdes, Comunidade Juvenil Francisco de Assis, e a Fundação ADFP – Associação, Desenvolvimento e Formação Profissional.

Este conjunto de 43 IPSS têm site, mas apenas fazem abordagem a temas não contabilísticos, tais como a composição dos órgãos sociais, em alguns casos indicam o

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho de Coimbra

número de funcionários que as compõem, e é apresentado em todos a missão e os valores, e ainda foi possível concluir que são compostas maioritariamente por mulheres.

Através dos dados que são fornecidos conseguem que os utilizadores dos websites consigam entender minimamente como estas entidades funcionam e quais os princípios que utilizam para cuidar de quem faz parte das IPSS.

As IPSS, que disponibilizam no seu site a informação financeira e um site desenvolvido e fundamentado são as seguintes: Fundação Sophia, Centro de Apoio Social de Souselas, Centro de Bem Estar Infantil do Movimento de Casais de Santa Maria, Associação Nacional de Intervenção Precoce, Associação Nacional de Apoio ao Idoso, Casa de Formação Cristã da Rainha Santa, Casa dos Pobres de Coimbra, Celium – Instituição Particular de Solidariedade Social, Centro Social, Cultural e Recreativo de Botão, Creche – O Pátio, Centro Social da Adémia, Centro Social de Nossa Sra da Conceição, Centro Social e Paroquial de São Silvestre, Centro Social e Paroquial de São João do Campo, Fundação Bissaya Barreto, Associação de Solidariedade Social de Apoio ao Cidadão Doente, Associação Nacional de Apoio a Jovens (ANAJOVEM), Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos, Centro Social e Paroquial de Almalaguês, Centro de Bem Estar Social da Sagrada Família, Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres, Centro Social de Castelo Viegas, Centro Social da Marmeleira, Centro Social de São José, Centro Social de São João, Centro Social da Palheira, Associação Social, Culturas e Recreativa de São Paulo de Frades, Casa do Pessoal dos Hospitais – Associação de Intervenção Social (CPHAIS), Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Clube de Tempos Livres de Santa Clara, Associação Dignidade, Associação Saúde em Português, Centro de Bem Estar Social de Brasfemes, Fundação Beatriz Santos, Associação Taveirocomvida e Associação Integrar.

Neste conjunto de 37 IPSS pertencentes ao município de Coimbra, foi possível concluir que apenas 90% apresentam como Demonstrações Financeiras o Balanço, e a Demonstração de Resultados, e os restantes 10% apresentam além das demonstrações anteriores a Demonstração de Fluxos de Caixa, ou seja, na sua maioria não cumprem o disposto pela NCRF das ESNL.

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho de Coimbra

De seguida, serão apresentadas as IPSS com maior valor em % das diversas rubricas do balanço na rubrica do Ativo:

Total Ativo Não Corrente	
1º - Fundação Bissaya Barreto	90%
2º - Santa Casa da Misericórdia de Coimbra	2%
3º -Fundação Sophia	2%
Sub-Total	94%
Restantes	6,00%
Total	100,00%

*Tabela 7: Avaliação em % em função do total do ativo não corrente das IPSS (Ativo Não Corrente)
(elaboração própria)*

Total Ativo Corrente	
1º - APPACDM Coimbra	15,88%
2º -Fundação Sophia	11,00%
3º -Fundação Bissaya Barreto	9,89%
Sub-Total	36,77%
Restantes	63,23%
Total	100,00%

*Tabela 8: Avaliação em % em função do total do ativo corrente das IPSS (Ativo Não Corrente)
(elaboração própria)*

Total Ativo	
1º - Fundação Bissaya Barreto	84%
2º - Santa Casa da Misericórdia de Coimbra	2%
3º -Fundação Sophia	2%
Sub-Total	88%
Restantes	12,00%
Total	100,00%

Tabela 9: Avaliação em % em função do valor total do ativo das IPSS (Ativo Total) (elaboração própria)

Após análise das tabelas apresentadas em cima foi possível verificar que as IPSS que tem um maior impacto ao nível da percentagem dos valores do ativo são: a Fundação Bissaya Barreto, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e por último a Fundação Sophia.

Ao nível da rubrica do Ativo Não Corrente, a Fundação Bissaya Barreto, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e a Fundação Sophia representam 94% desta rubrica que é

composta na sua maioria por ativos financeiros de longo prazo, o que significa que 6% (restantes 34 IPSS) têm um valor irrisório nesta rubrica.

Ao nível da rubrica do Ativo Corrente, as percentagens já são um pouco diferentes sendo que a APPACDM, a Fundação Sophia e a Fundação Bissaya Barreto representam apenas 36,77% do valor total, o que significa que os restantes 63,23% tem um impacto muito mais significativo do que na rubrica anterior, ou seja, as restantes IPSS incluem nesta rubrica ativos que são realizáveis, vendidos ou consumidos no decurso do ciclo operacional normal da IPSS. Esta rubrica inclui também os ativos detidos para negociação e caixa, ou equivalentes de caixa, cuja troca ou uso não estejam limitados no âmbito desse mesmo período.

Ao nível do Ativo Total, e tendo em conta que as % do Ativo Não Corrente eram bastante elevadas, as três IPSS mencionadas nessa rubrica voltam a representar 88% do valor total do Ativo, e os 12% restantes são atribuídos às 34 IPSS.

De seguida, apresenta-se a tabela com a representação dos Fundos Patrimoniais das IPSS com maior impacto:

Total Fundos Patrimoniais	
1º - Fundação Bissaya Barreto	88%
2º - Santa Casa da Misericórdia de Coimbra	2%
3º -Fundação Sophia	2%
Sub-Total	92%
Restantes	8,00%
Total	100,00%

Tabela 10: Avaliação em % em função do valor económico das IPSS (Fundos Patrimoniais) (elaboração própria)

Após analisar a tabela de cima foi possível concluir que as entidades que tem uma maior percentagem ao nível dos Fundos Patrimoniais são: a Fundação Bissaya Barreto, a Santa casa da Misericórdia de Coimbra e por último a Fundação Sophia, representando no total 92% e as restantes apenas 8%.

Os Fundos Patrimoniais englobam os recursos que integram o património líquido da empresa, ou seja, como é positivo significa que o negócio foi lucrativo e pode realizar investimentos.

De seguida, é analisada a rubrica do Passivo:

Total Passivo	
1º - APPACDM de Coimbra	23,56%
2º - Fundação Bissaya Barreto	16,48%
3º - Fundação Sophia	11,16%
Sub-Total	51%
Restantes	49,00%
Total	100,00%

Tabela 11: Avaliação em % em função do valor económico das IPSS (Passivo) (elaboração própria)

Após analisar a rubrica do Passivo que têm origem nas despesas, como contas a pagar aos fornecedores ou ao governo, foi possível concluir que as IPSS com maior endividamento são: a APPACDM de Coimbra, a Fundação Bissaya Barreto e a Fundação Sophia representando assim 51% do Passivo Total e as restantes 49%, não existindo assim uma diferença muito significativa.

Para concluir esta análise apresentam-se os seguintes gráficos:

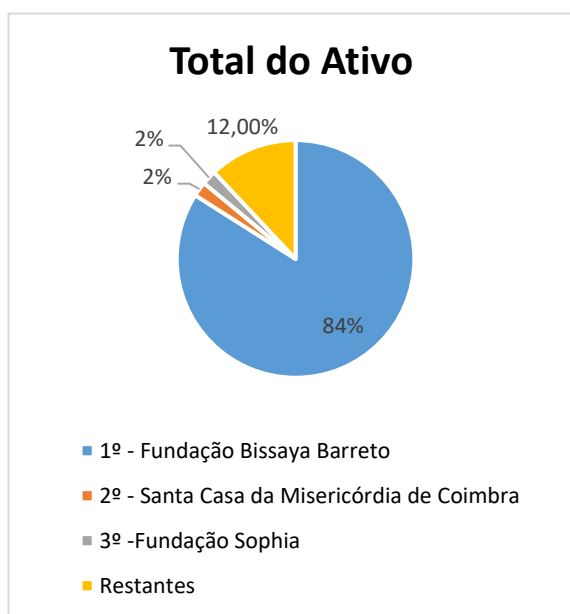


Gráfico 3: Valor em % do total do ativo (elaboração Própria)

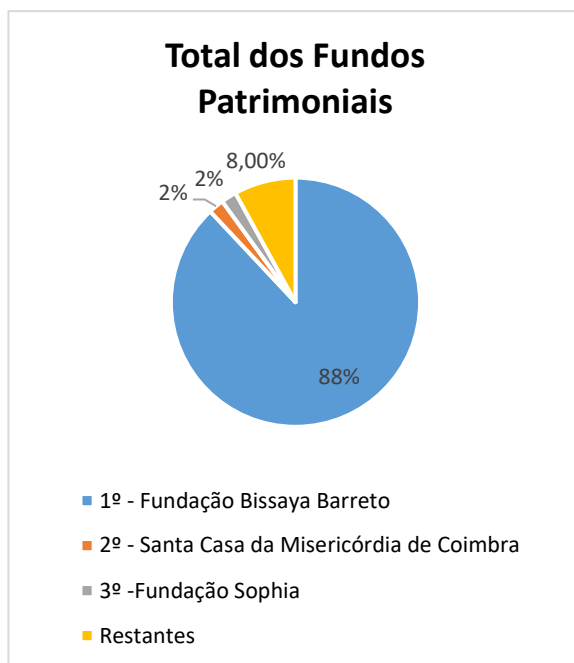


Gráfico 4: Valor em % do total dos Fundos Patrimoniais (elaboração Própria)

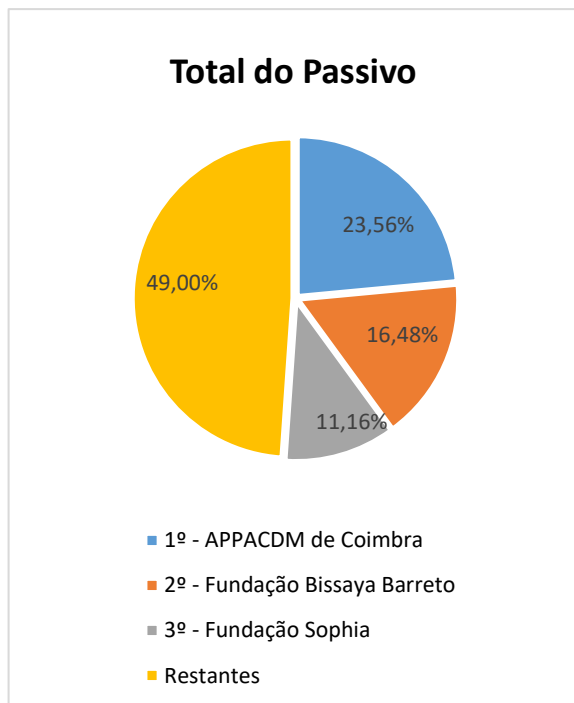


Gráfico 5: Valor em % do total dos Passivo (elaboração Própria)

Ao nível das rubricas que compõem o Balanço das IPSS, é possível concluir que tanto ao nível do total do Ativo como ao nível do total dos Fundos Patrimoniais, as IPSS que têm

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Análise ao Concelho de Coimbra

um valor mais significativo são: a Fundação Bissaya Barreto, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e a Fundação Sophia.

Ao nível da rubrica do Passivo foi possível concluir que as IPSS com maior valor são a APPACDM de Coimbra, a Fundação Bissaya Barreto e a Fundação Sophia.

De seguida apresenta-se uma tabela onde constam as percentagens utilizadas para o cálculo das variáveis estatísticas: média e desvio-padrão, sendo que a tabela apresenta as % superiores a 50% num tom de azul mais forte, e as percentagens inferiores a 50% num tom de azul mais claro.

IPSS COM SITE	Ativo Não Corrente	Ativo Corrente	Fundos Patrimoniais	Total do Passivo
Fundação Sophia	66,23%	33,77%	69,27%	41,71%
CASS	89,13%	10,87%	82,80%	17,20%
Centro B.E.I do M. de C.Sta Maria	47,16%	52,84%	82,59%	17,41%
Ass. Integrar	32,81%	67,19%	86,67%	13,33%
Ass. Nac. De Apoio ao Idoso	10,51%	89,49%	86,97%	13,03%
Casa de Form. R. Santa	38,63%	61,37%	89,91%	10,03%
Casa dos Pobres	61,68%	38,32%	93,88%	6,12%
Celium	33,15%	66,85%	60,39%	39,61%
Centro B.Est.Soc. Brasfemes	39,26%	60,74%	82,13%	17,87%
Creche - O Pátio	6,99%	93,01%	96,65%	3,35%
Centro Social da adémia	47,20%	52,80%	90,42%	9,58%
Centro de Nª Sª Conceição	42,77%	57,23%	87,79%	12,21%
Centro Social de S.Silvestre	83,00%	17,00%	81,27%	18,73%
Centro S.P.S.João Campo	40,78%	59,22%	65,32%	34,68%
Fundação B.Barreto	99,13%	0,87%	98,71%	1,28%
Ass. Soli. S.A.C. Doente	0,58%	99,42%	98,32%	1,68%
Ana Jovem	60,93%	39,07%	85,01%	14,99%
Sorriso - A. Dos A. N. Peq	11,59%	88,41%	46,34%	53,66%
Centro SP Almalaguês	73,51%	26,49%	82,03%	22,16%
Centro de BESS Família	93,16%	6,84%	63,24%	34,56%
Centro S.R Quimbres	78,66%	21,34%	47,51%	50,86%
Centro Social de Castelo Viegas	90,94%	9,06%	91,98%	8,00%
Centro Social Marmeleira	92,59%	7,41%	97,93%	2,07%
Centro Social S.José	40,89%	59,11%	93,52%	6,48%
Centro Social S.João	88,24%	11,76%	-8,38%	91,62%
Centro Social da Palheira	96,79%	3,21%	87,18%	12,82%
ANIP	43,78%	56,22%	62,22%	37,78%
CSCR do Botão	76,74%	23,26%	83,50%	22,37%
APPACDM Coimbra	21,12%	78,88%	-2,54%	96,30%
Santa Casa Misericórdia Coimbra	85,31%	14,69%	88,49%	17,76%
Clube de Tempos Livres Santa Clara	57,82%	42,18%	20,23%	81,00%
Dignidade	0,21%	99,79%	95,57%	4,43%
Associação Saúde Pt	1,04%	98,96%	26,88%	73,12%
Ass.Soc.CR S.Paulo Frades	53,37%	46,63%	60,29%	66,75%
Fundação Beatriz Santos	55,71%	44,29%	71,90%	37,99%
Associação Taveiro c/Vida	33,36%	66,64%	97,60%	2,40%
CPHAIS	0,00%	100,00%	48,44%	51,56%
Média	47,20%	52,80%	82,80%	17,76%
Desvio Padrão	31,12%	31,12%	27,35%	26,34%

Tabela 12: Médias usadas para o cálculo das variáveis (elaboração própria)

De seguida, irá ser analisada a variável do desvio-padrão que indica qual é o “erro” caso se pretendesse substituir um dos valores coletados pelo valor da média.

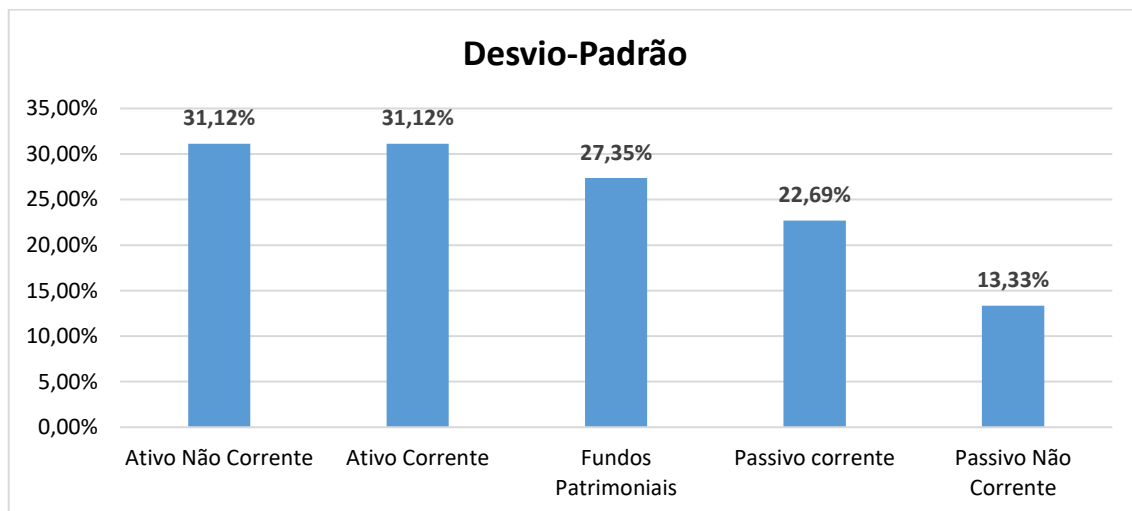


Gráfico 6: Desvio-Padrão (Elaboração Própria)

Face ao gráfico apresentado anteriormente é possível concluir que a rubrica com maior impacto caso a pretensão fosse a substituição de um dos valores calculados pela média, a rubrica com mais impacto é o Ativo (Ativo Corrente e Ativo Não Corrente), representado assim uma % total de 62,24%.

De seguida será analisada a variável da média que é definida como o valor que demonstra a concentração dos dados de uma distribuição, como ponto de equilíbrio das frequências em gráfico (barras ou circular):

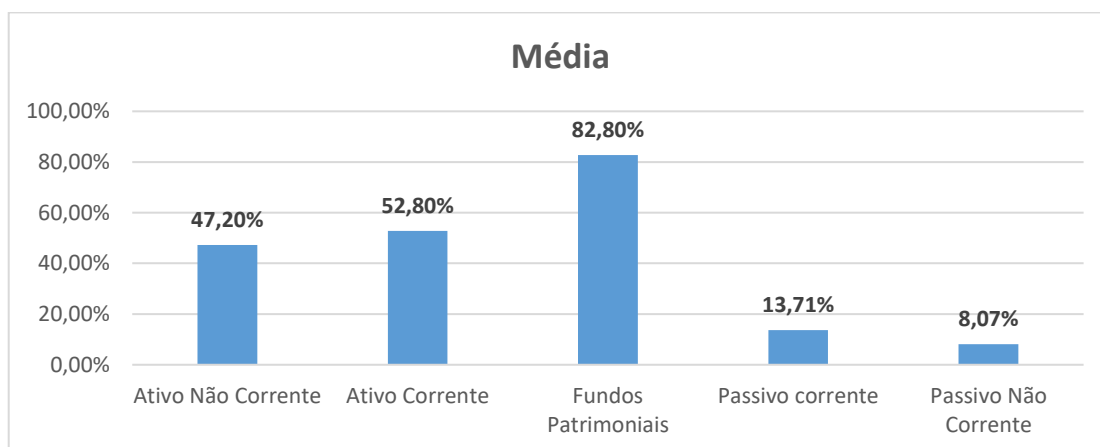


Gráfico 7: Média (Elaboração Própria)

Ao analisar a variável da média, foi possível concluir que a rubrica com maior % de impacto é a rubrica dos Fundos Patrimoniais, seguida do Ativo Corrente e do Ativo Não Corrente.

Contudo, e após a análise das variáveis da média e do desvio padrão das rubricas do balanço foi possível concluir que ambas as variáveis, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social tem um impacto diferente, uma vez que uma dá mais ênfase aos Fundos Patrimoniais e a outra dá mais ênfase ao Ativo (Corrente e Não Corrente).

Passaremos agora analisar a Demonstração de Resultados das IPSS, sendo que o relatório que é disponibilizado mostra os detalhes dos Rendimentos e dos Gastos (durante um ano), de forma a concluirmos se a IPSS obteve lucro ou prejuízo, neste caso no ano de 2021.

As rubricas que, regra geral, compõem os rendimentos das IPSS são: Vendas e Serviços Prestados e os Subsídios, doações ligadas à exploração (ISS + Outros) e Outros Rendimentos.

As rubricas, em termos genéricos, que compõem os gastos das IPSS são: CMVMC, Fornecimento e Serviços Externos, Gastos com Pessoal, Outros Gastos.

Após apurarmos os rendimentos e os gastos vamos obter o Resultados Antes de Depreciações, Gastos de financiamento e impostos na qual iremos substituir os Gastos/Reversões de Depreciações e Amortizações, Juros e Rendimentos Similares Obtidos e os Juros e Gastos Similares Suportados e assim obteremos o Resultado líquido.

A informação analisada permite verificar que as 37 IPSS publicaram as suas contas nos seus Websites, mas nem todas cumpriram tudo o que é imposto pelo regime da normalização contabilística para as ESNL (Decreto-Lei n.º 98/2015, de 5 de junho), uma vez que as demonstrações financeiras que apresentaram não eram todas as obrigatórias.

Conclusão

O desenvolvimento desta dissertação teve como objetivo estudar as IPSS existentes no Município de Coimbra fazendo uma análise às demonstrações financeiras dessas IPSS e assim fazer uma análise descritiva dessa informação, uma vez que Coimbra é capital de um dos maiores distritos de Portugal, segundo a classificação dos Censos 2021, ainda que tenha perdido -1,8% dos seus residentes, continua a ser um dos distritos com mais população.

Após análise às IPSS do Município de Coimbra, foi realizado uma pesquisa pelos websites das 97 IPSS que existiam com o objetivo de analisar as demonstrações financeiras dessas entidades e fazer assim uma análise descritiva dessas mesmas informações financeiras, sendo que a pergunta de investigação formulada foi pesquisar informação que permitisse saber quantas IPSS detinham site e se detinham site que cumpriam com todo os requisitos exigidos pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 5 de junho.

Na realização desta dissertação existiram limitações, tais como a dificuldade em encontrar as informações que se pretendia, ou seja, limitou-se à análise das Demonstrações Financeiras e à análise descritiva da informação existente nas Demonstrações Financeiras, não existindo uma análise ao Relatório de Gestão, nem uma comparação entre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, nem foi analisada a composição dos órgãos societários, e ainda ficou por medir a qualidade das demonstrações financeiras das mesmas.

Para estudos futuros sobre este tema, sugere-se o alargamento da amostra e uma análise à estrutura de governação das IPSS e por sua vez a elaboração de um índice que permitisse medir a transparência das IPSS.

Referências Bibliográficas

Albuquerque, A. (2006). *Terceiro Sector – História e Gestão das Organizações*. São Paulo: Summus;

Almeida, A. (2015). *Perceção do contributo das instituições da Economia Social no desenvolvimento social local: Um estudo de caso das IPSS do distrito de Bragança*. Dissertação de Mestrado em Economia Social. Braga: Universidade do Minho.

Amado, M. (2007). Qualificar o Terceiro Sector: Uma perspectiva de formação. *VeZ e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector*. nº 1, Série II, Ano XV, pp. 51-56.

Andrade, A. M. & Franco, R. C. (2007) *Economia do Conhecimento e Organizações sem Fins Lucrativos*, 1ª edição, Porto, Príncípia Editora, Lda.

Basri, Hasan e A.K. Siti-Nabiha (2010). Views on the Issue of Accountability in Non-Profit Organizations. *Malaysian Management Journal* 14, pp. 49–60.

Behn, Bruce, Delwyn DeVries e Jing Lin (2007). *Voluntary Disclosure in Nonprofit Organizations: An Exploratory Study*. SSRN

Blair, H. (2000). Participation and Accountability at the Periphery: Democratic Local Governance in Six Countries. *World Development*, 28(1), 21-39

Cabugueira, A. (2000). *Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local : Análise de alguns aspectos de política económica regional*. Working Paper nº 9, Universidade Católica Portuguesa. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Caeiro, J. (2008). *Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia*. Working Paper nº 1, Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.

Campos, M. (2013). *O Terceiro Setor em Portugal: A importância dos planos da comunicação estratégica nas IPSS da Região Norte*. Dissertação de Mestrado Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações-Públicas. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Catarino, L. (2012). *O Uso Do Orçamento Como Ferramenta de Gestão Nas IPSS*. Aveiro: Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro.

Coelho, L. (2007). *Associativismo e Desenvolvimento Local: O caso de Ribeira de Pena*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local: Território, Sociedade e Cidadania. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Collis, J., & Hussey, R. (2005). Pesquisa. In *Administração: Um Guia Prático Para Alunos de Graduação E Pós-Graduação* (2nd ed.). Porto Alegre: Bookman.

Conta Satélite 2016 – consultado em julho de 2022
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_sem_lista&tipo=r&detalhe=157104239&xlang=pt;

Correia, R. F. da Silva (2022). “O impacto da pandemia no desempenho das entidades da Economia Social: estudo de caso de uma IPSS”. Dissertação de mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Decreto-Lei 172-A/2014 - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. (2014). *Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, que aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Diário da República n.º 221/2014, 1o Suplemento, Série I de 2014-11-14. Obtido de <https://dre.tretas.org/dre/319858/>

Decreto-Lei 460/77 - Presidência do Conselho de Ministros. (1977). *Aprova o estatuto das pessoas coletivas de utilidade pública*. Diário da República n.º 257/1977, Série I de 1977-11-07. Obtido de <https://dre.tretas.org/dre/46678/>

Ferreira, A., Marques, R.P., Santos, C., Azevedo, G., & Mendes, H. (2016). *Avaliação da Presença na Internet das Instituições Particulares de Solidariedade Social Portuguesas*. Estudos Do ISCA, 14. doi:10.1234/ei.v0i14.4730

Gandía, Juan (2009): *Internet Disclosure by Nonprofit Organizations: Empirical Evidence of Nongovernmental Organizations for Development in Spain*, Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, Sage.

Mendes, S. (2016). “Enquadramento das Entidades do Setor Não Lucrativo no atual Sistema Normativo Contabilístico em Portugal”. Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre. Coimbra.

Neves, D. M. Cunha (2022). “A importância da formação para a performance de uma IPSS”. Dissertação de mestrado em Gestão Empresarial, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Pardal, P., Carreira, F., & Alexandre, P. (2019). (2019). O grau de divulgação de informação nos websites das IPSS. In VII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (XVII CICA).

Pereira, L. I. S. et al. (2017). Aspetos contabilísticos e fiscais das entidades do setor não lucrativo. Artigo científico - Instituto Superior do Cávado e Ave.

Pratas, S. (2007). Administração aberta e Internet. O caso dos municípios portugueses. Revista de Administração Local, pp. 195–218. Lisboa.

Rapagão, V. L. Correia (2017). “Gestão de Projetos em Organizações Sem Fins Lucrativos: IPSS Portuguesas”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

Rodrigues, S. da Silva (2022). “As Implicações da Pandemia SARS-CoV-2 nas IPSS: A Perspetiva das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas do Concelho de Guimarães”. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão, Guimarães.

Salvatore, V. (2004): A Racionalidade do 3º setor. In Voltolini, R., Terceiro Setor, Planeamento e Gestão (pp. 17-34). São Paulo: Senac.

Santos, J., Raimundo, J., & Lima, R. (2012). Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL e fiscalidade). Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Santos, L., & Amaral, L. (2005). A presença na Internet das juntas de freguesia portuguesas: Estudo comparativo entre 2002 e 2004. Guimarães, Portugal: Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Universidade do Minho, Guimarães.

Segurança Social: “Listagem de IPSS registadas”: IPSS consultadas em 2022 (seg-social.pt)

Simões, L. (2013), “Movimento Vida- Motivação e Organizações Sem Fins Lucrativos Estudo de Caso”. Dissertação de Mestrado em Controlo de Gestão, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Trindade, D. (2013). “Enquadramento Contabilístico e Fiscal das Entidades Sem Fins Lucrativos: O caso das IPSS.”. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal.